

## É O GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO UM DEUS MAÇÔNICO?

José A. Ferrer Benimeli

*José A. Ferrer Benimeli (Universidad de Zaragoza), "El Gran Arquitecto del Universo", en José A. Ferrer Benimeli (dir.) Masonería y religión: convergencias, oposición, ¿incompatibilidad?, Madrid, 1996, pp.49-55.*

Tradução

Cídio Lopes de Almeida

*Doutorando em Ciências das Religiões*

*Faculdade Unida de Vitória*

*Bolsista FAPES*

FERRER BENIMELI, José A. É O Grande Arquiteto do Universo um Deus Maçônico? Trad. Cídio Lopes de Almeida. São Paulo: AMF3, 2024. Disponível em: <https://amf3.com.br/e-o-grande-arquiteto-do-universo-um-deus-maconico> Acesso em: (dd/mês/aaaa)

Nas Constituições de Anderson, datadas de 1723, faz-se referência a "Deus, Grande Arquiteto do Universo" (p. 1), e ao "Deus do Céu, o onipotente Arquiteto do Universo" (p. 18). Mas Anderson também fala de Cristo como "Grande Arquiteto da Igreja" (pp. 24-24). No artigo primeiro das Constituições de Anderson, afirma-se "que o maçom está obrigado, por seu compromisso, a obedecer à lei moral, e se entender bem a Arte, nunca será um ateu estúpido nem um irreligioso libertino". Sem mencionar Deus, exige-se a crença em Deus, pois os ateus são excluídos de maneira direta e explícita.

Muito mais direto é o Livro das Constituições da muito antiga e honrosa Fraternidade dos Maçons Livres e Aceitos, conhecida como dos Antigos, publicada por Dermott no ano de 1756 sob o título *de Charges and Regulations of the Society of Free Masons, extracted from Ahiman Rezon* (Cargos e Regulamentos da Sociedade dos Maçons Livres, extraídos de Ahiman Rezon): "Todo maçom está obrigado, em virtude de seu título, a crer firmemente e adorar fielmente a Deus eterno, assim como as sagradas doutrinas que os Dignitários e Pais da Igreja redigiram e publicaram para o uso dos homens sábios; de modo que nenhum daqueles que compreendem bem a Arte possa trilhar o caminho irreligioso do desgraçado libertino ou ser introduzido a seguir os arrogantes professores do Ateísmo ou do Deísmo...".

No entanto, não há acordo nas interpretações e consequências dessas diferenças. Para alguns, as Constituições de Anderson inclinam-se fortemente para um deísmo que a segunda Constituição, conhecida como Ahiman Rezon, condena explicitamente, insistindo em sua fidelidade à religião católica, tanto mais que Dermott, assim como a maioria dos primeiros Antigos, eram irlandeses católicos. Não se deve esquecer que o

autor das Constituições dos Modernos era o Reverendo James Anderson, Pastor da Igreja presbiteriana escocesa, e conseqüentemente ele também era teísta - não deísta - e sempre que fala de Deus, o faz como Grande Arquiteto do Universo, ou seja, como Criador. E a tradição da Grande Loja da Inglaterra, até os dias atuais, tem sido sempre teísta e não deísta. Um de seus representantes, Alec Mellor, afirma em seu Dicionário: "A maçonaria regular é não apenas deísta, mas teísta, o que significa que o Deus reconhecido, invocado e suplicado na loja é o Deus criador, ou, se preferir, um Deus pessoal, não uma entidade vaga, como concebida por sistemas metafísicos como o imanentismo ou o panteísmo. Nenhum equívoco pode subsistir a este respeito".

No entanto, sempre houve certa confusão em torno dos termos teísmo e deísmo. A palavra teísmo hoje é usada para significar um sistema ou doutrina que admite a existência de um Deus pessoal, criador e providencial do mundo. Enquanto a palavra deísmo, em parte é positiva e em parte negativa. O deísta afirma, como o teísta, a existência de um Deus pessoal; mas se distingue dele ao negar algum ou alguns dos atributos positivos de Deus, e, principalmente, o fato da revelação divina. Para o deísta, só existe a religião natural; assim, a religião positiva, fundamentada no fato da revelação, é considerada um mito.

Mas o problema que se apresenta hoje não é a sobrevivência na maçonaria atual do Grande Arquiteto do Universo, que deu origem ao conhecido lema 'À Glória do Grande Arquiteto do Universo', às vezes em sua versão latina '*Ad Universi Terrarum Orbis Summi Architecti Gloriam*', com o qual tantas maçonarias em todo o mundo continuam iniciando todas as suas atividades, escritos, documentos, revistas, etc. O que hoje suscita polêmicas é a crença no Grande Arquiteto do Universo como condição prévia para ser maçom.

No ponto de polêmica, devemos situar a Constituição do Grande Oriente da França, de 1849, em cujo artigo primeiro foi introduzido - talvez para promover uma aproximação com a Grande Loja da Inglaterra - o seguinte parágrafo: 'A Maçonaria (...) tem como base a existência de Deus e a imortalidade da alma'. Essa posição foi interpretada como uma ruptura com a liberdade de consciência e tolerância introduzida na maçonaria francesa na primeira metade do século XIX, que deu a certos maçons a possibilidade de militarem em concepções filosóficas mais ou menos inclinadas para o agnosticismo e até mesmo, às vezes, para o ateísmo. E, especialmente após 1860, provocou protestos de lojas cada vez mais numerosas. No Grande Oriente da Bélgica, um problema semelhante surgiu, o que levou, em 1872, à supressão do Grande Arquiteto do Universo em todos os seus rituais. Pouco depois, o Grande Oriente da França, por sua

vez, sob a presidência do pastor protestante Frédéric Desmons, suprimiu, em 13 de setembro de 1877, de sua Constituição a obrigação de acreditar em Deus e na imortalidade da alma.

O mais paradoxal é que a Igreja Católica tomou partido ao fazer uma interpretação curiosa do Grande Arquiteto do Universo dos maçons. É assim que o cardeal Ratzinger, chefe do antigo Santo Ofício, hoje chamado Congregação para a Doutrina da Fé, nos ensina, seguindo apenas a opinião dos bispos alemães manifestada em 1981, qual é o verdadeiro conceito do Deus dos maçons: 'Nos rituais, o conceito de 'Grande Arquiteto do Universo' ocupa um lugar central. Trata-se, apesar de toda a vontade de abrir-se ao conjunto do religioso, de uma concepção tomada do deísmo. Segundo esta concepção, não há nenhum conhecimento objetivo de Deus, no sentido do conceito de ideia pessoal de Deus no teísmo. O Grande Arquiteto do Universo é algo neutro, indefinido e aberto a toda compreensão. Cada um pode introduzir ali sua representação de deus, seja o cristão, o muçulmano, o discípulo de Confúcio, o animista ou o fiel de qualquer religião. Para o maçom, o “Grande Arquiteto do Universo' não é um ser no sentido de um Deus pessoal; e por esta razão, basta-lhe uma viva sensibilidade religiosa para reconhecer o Grande Arquiteto do Universo. Esta concepção de um Grande Arquiteto do Universo reinando em um afastamento deísta mina pela base a representação do Deus do católico e a resposta que dá a um Deus ao qual se dirige como Pai e Senhor”.

Diante da postura adotada pela Igreja Católica Romana em 1983 e reiterada em 1985, coincidindo no tempo com posições semelhantes por parte das igrejas metodista, batista e anglicana, a Grande Loja Unida da Inglaterra considerou-se obrigada a publicar em setembro de 1985 uma declaração que complementa a que originalmente foi aprovada em setembro de 1962 e confirmada em dezembro de 1981 pela mesma Grande Loja. Nela, após lembrar que a maçonaria não é uma religião, nem um substituto da religião, reitera que 'exige de seus membros a fé em um Ser Supremo, mas não propõe nenhum sistema de fé como seu próprio”.

A Grande Loja Unida da Inglaterra, no Enunciado fundamental de 21 de junho de 1985, reafirmou que “a Maçonaria não é uma religião, nem um substituto da religião”. A Maçonaria “exige de seus adeptos a crença em um Ser Supremo, do qual, no entanto, não oferece uma própria doutrina de fé”. E adverte que “os diversos nomes utilizados para indicar o Ser Supremo permitem que homens de fé diferente se unam em oração (destinada a Deus conforme cada um deles o concebe), sem que o conteúdo dessas orações possa ser causa de discórdia”.

E esclarece que "não existe um Deus maçônico. O Deus do maçom é o próprio Deus da religião por ele mesmo professada. Os maçons têm um respeito mútuo pelo Ser Supremo, na medida em que Ele continua a ser Supremo em suas religiões respectivas". Retomando os Antigos Deveres, a Declaração reitera que "durante os trabalhos da loja é proibido discutir sobre religião" e que "não é missão da maçonaria tentar unir credos religiosos diferentes". A consequência de que "não existe [...] um único Deus maçônico" é que a maçonaria não pretende ser um "sincretismo" entre diferentes fés, nem uma super-religião, uma Verdade absoluta e superior às "verdades" (ou "crenças") das fés particulares.

Portanto, na maçonaria "não se encontram os seguintes elementos constitutivos da religião: a) uma doutrina teológica; b) a oferta de sacramentos; c) a promessa de salvação mediante obras, conhecimentos secretos e vários meios".

Com base nisso, a Grande Loja Unida da Inglaterra aceitou ou recusou estreitar os laços fraternos com as outras comunidades maçônicas, aplicando consistentemente esses princípios. Por exemplo, a Declaração de 1929 estabelece, no primeiro ponto: "A crença no Grande Arquiteto do Universo e em Sua vontade revelada serão condições essenciais para a admissão de seus membros". Ao romper os laços com a Grande Loja do Uruguai, em 18 de outubro de 1950, a GLUI endureceu ainda mais sua posição teísta, declarando: "Todo homem que deseje ingressar na maçonaria deve professar fé no Ser Supremo, Deus invisível e Todo-Poderoso. Neste aspecto, nenhuma exceção é permitida. A maçonaria não é um movimento filosófico aberto a todas as orientações e opiniões. A verdadeira maçonaria é um culto para preservar e disseminar a crença na existência de Deus, que deve ser o de uma religião monoteísta". Por medo de ser rotulada como deísta, a Grande Loja inglesa e, em seguida, as da Escócia e Irlanda, impuseram a fé monoteísta a seus membros e iniciados em obediências vinculadas a elas.

Em conclusão, pode-se afirmar que a maçonaria é religiosa, mas não se torna uma religião em si mesma. A GLUI não se propõe a conciliar a fé dos indivíduos em uma religião única, superior ou diferente.

Extraído de: José A. Ferrer Benimeli (Universidad de Zaragoza), "El Gran Arquitecto del Universo", en José A. Ferrer Benimeli (dir.) *Masonería y religión: convergencias, oposición, ¿incompatibilidad?*, Madrid, 1996, pp. 49-55.